A diplomacia a serviço do centro financeiro

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A previsibilidade como bem público

O primeiro serviço que a diplomacia presta ao centro financeiro é a previsibilidade. Quem aplica ativos em Singapura faz uma aposta na jurisdição num horizonte de dez ou vinte anos. A aposta é mais segura se o Estado evitou guerras, rupturas súbitas com os vizinhos e mudanças arbitrárias de alinhamento. O histórico de Singapura desde 1965 cumpre essas condições. Ao longo de seis décadas, sua política externa mudou de ênfase sem mudar de rumo. Mesmo nos anos de crise de 1997 e 2008, as relações com os vizinhos e com as grandes potências permaneceram estáveis.

A previsibilidade também reduz os prêmios de risco político. Investidores e credores precificam o risco de que uma jurisdição congele ativos por razões políticas, imponha controles de capital ou se envolva num conflito. A coerência de Singapura na aplicação do direito internacional, incluindo sua disposição de impor sanções apenas com base em fundamentos declarados, dá aos clientes uma ideia clara de quando seus ativos poderiam ser afetados. Os clientes podem não gostar de algumas regras, mas conseguem prever como elas serão aplicadas.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Acesso a mercados para serviços financeiros

Os acordos comerciais abrem mercados tanto para serviços financeiros quanto para mercadorias. O acordo com os Estados Unidos, o acordo com a União Europeia e os acordos regionais contêm capítulos sobre serviços financeiros que regem o estabelecimento de bancos, seguradoras e gestores de ativos estrangeiros, a prestação transfronteiriça de determinados serviços e a transparência da regulação.[1] Esses compromissos protegem as instituições de Singapura quando se expandem no exterior. Também obrigam Singapura a dispensar tratamento não discriminatório às instituições estrangeiras em seu próprio mercado, o que reforça a abertura descrita no Capítulo D.IV.

Na ASEAN, a integração dos mercados financeiros avançou mais lentamente que o comércio de bens. Ainda assim, acordos sobre integração bancária, cooperação nos mercados de capitais e conectividade de pagamentos criaram canais pelos quais os bancos e as empresas de pagamento de Singapura atuam em toda a região.[2] As conexões transfronteiriças entre os sistemas de pagamento instantâneo de Singapura e de vários parceiros da ASEAN são exemplos de integração financeira apoiada em acordos diplomáticos entre bancos centrais. O Capítulo F.V descreve as instituições regionais envolvidas.

Cooperação regulatória e tributária

A regulação financeira moderna é uma atividade internacional. A Monetary Authority of Singapore (MAS) celebra memorandos de entendimento com supervisores estrangeiros, coopera na supervisão de grupos transfronteiriços e participa dos organismos normatizadores de Basileia, Paris e Madri. A posição diplomática do Estado apoia esse trabalho, pois supervisores estrangeiros estão mais dispostos a reconhecer a regulação de uma jurisdição em que confiam. O reconhecimento, por sua vez, facilita o acesso das instituições sediadas em Singapura a mercados estrangeiros e poupa seus clientes de procedimentos duplicados.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A diplomacia tributária segue a mesma lógica. A rede de tratados com cerca de 100 jurisdições, mencionada acima, protege os investidores contra a dupla tributação. A participação de Singapura nos padrões internacionais de troca de informações fiscais afastou a pecha de paraíso fiscal que pesava sobre vários centros no início dos anos 2000 (ver Capítulo E.II). Para um centro de gestão patrimonial, o rótulo importa. Investidores institucionais, family offices e bancos da Europa e da América evitam jurisdições que constam de listas de países não cooperantes. A diplomacia que mantém Singapura fora dessas listas é, portanto, um serviço direto ao centro.

A política de sanções como parte da reputação

A política de sanções é a área mais delicada. Um centro financeiro que ignora sanções internacionais torna-se canal de evasão e corre o risco de perder o acesso ao sistema do dólar. Um centro que adota todas as sanções propostas por todos os parceiros perde a confiança dos clientes de países fora do campo ocidental. Singapura traçou sua linha nas sanções das Nações Unidas, que aplica por força de lei, e em medidas autônomas adotadas em casos excepcionais com fundamento declarado. As medidas contra a Rússia em 2022 foram um desses casos.

Essa política impõe um ônus particular às instituições financeiras. Elas precisam aplicar as medidas de Singapura e respeitar as sanções dos Estados Unidos, da União Europeia e do Reino Unido sempre que seus próprios negócios, sua moeda ou seu pessoal estejam sujeitos a esses regimes. A coerência diplomática do Estado não as dispensa dessa tarefa. Dá-lhes, porém, um marco claro para explicar aos clientes por que determinadas transações são recusadas. O Capítulo H.IV expõe os detalhes.

Sediar, convocar e a marca da cidade

A diplomacia também molda a marca da cidade. As instituições internacionais com escritórios regionais em Singapura, as conferências e cúpulas que ela sedia e os tribunais internacionais e instituições de arbitragem instalados na cidade contribuem todos para a imagem de um ponto de encontro neutro. O Capítulo F.V descreve as instituições, e os Capítulos F.II e F.III descrevem os serviços de solução

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

de controvérsias. A Convenção de Singapura sobre Mediação, que leva o nome da cidade, é o exemplo mais claro de uma iniciativa diplomática que reforça os serviços jurídicos do centro financeiro.

A marca tem um valor comercial difícil de medir. Uma família de Jacarta, Xangai ou Mumbai que escolhe uma jurisdição para sua estrutura de holding, seu trust ou seu family office compara estabilidade, segurança jurídica e reputação. Em cada uma dessas dimensões, a política externa do Estado desempenha um papel. Os protestos de Hong Kong em 2019 e a consequente transferência de parte das atividades de gestão patrimonial para Singapura, examinados no Capítulo I.V, mostram com que rapidez a estabilidade política percebida de um centro pode afetar o fluxo de ativos.

Notas

1. Sobre os capítulos de serviços financeiros dos acordos de livre comércio de Singapura, em particular o capítulo 10 do US–Singapore FTA e o capítulo 8 do EU–Singapore FTA, ver os textos publicados pelo Ministry of Trade and Industry e pela European Commission. ↩
2. ASEAN Banking Integration Framework (aprovado em 2014), trabalhos do ASEAN Capital Markets Forum e iniciativa regional de conectividade de pagamentos da ASEAN (2022). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.